



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 18/2011

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Aos dezasseis dias do mês de Setembro de dois mil e onze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, Dr. Daniel Alexandre Pulquério Pinto e o Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

FALTAS

Foi justificada a falta do Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira por motivos profissionais, tendo o mesmo sido substituído pelo Dr. Daniel Alexandre Pulquério Pinto. -----

Foi ainda justificada a falta da Vereadora, Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, também, por motivos profissionais, tendo a mesma sido substituída pelo Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

INÍCIO

Quando eram dez horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: oitocentos e cinquenta e cinco mil, cento e oito euros e vinte e nove cêntimos. -----

Operações não Orçamentais: cento e vinte mil, setecentos e sessenta e três euros e sessenta e três cêntimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à décima quarta Alteração/Modificação ao Orçamento 2011 – Despesa e à décima quarta Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2011 – Plano Plurianual de Investimentos – Actividades Mais Relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. -----

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca da presente alteração orçamental. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO. -----

O Vereador, Dr. Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro interveio, começando por congratular-se com o aumento do financiamento dos fundos comunitários, dizendo que em relação às obras de ampliação do Centro de Estágios, o aumento da comparticipação de 70 para 85%, em conjunto com os 5% de comparticipação do Instituto de Desporto de Portugal, representava um

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

encargo muito reduzido para o Município, considerando ser muito benéfico para todos. -----

VEREADOR, DR. DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO. -----

O Vereador, Dr. Daniel Alexandre Pulquério Pinto, interveio, começando por questionar qual a política de estacionamento e trânsito da actual maioria. Referiu-se, também, ao Parque de Estacionamento de Pesados, dizendo que o mesmo já estava nos planos do anterior Executivo, questionando, igualmente, o ponto de situação do mesmo. Referiu-se, ainda, ao Parque de Estacionamento subterrâneo junto ao edifício dos Paços do Concelho, indagando, também, sobre o modelo de funcionamento previsto para o futuro.-

Terminou a sua intervenção referindo-se ao investimento privado nas Salinas, nomeadamente, a construção do Hotel projectado para a zona, perguntando se existiam novidades sobre o assunto. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, reportando-se aos pedidos que efectuara anteriormente, designadamente, os investimentos públicos e privados realizados na zona das Salinas. Aludiu que, em anterior reunião de Câmara, solicitara esclarecimentos sobre o que era público e privado em termos de investimento na referida zona, porque aquando de uma visita ao local verificara que existia uma passagem impedida num local que considerava público. -----

Terminou a sua intervenção, solicitando, também, que aquando do apuramento de custos com a Feira – Frimor 2011, os mesmos lhe fossem facultados. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia interveio, informando da visita não oficial do Ministro da Educação de Moçambique e das intenções que o mesmo demonstrara para aproximação dos 2 países, designadamente, a

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

realização de parcerias com a Escola Profissional e a Escola Superior de Desporto. O Vereador, Dr. Carlos Frazão, referiu, ainda, a hipótese de geminação da cidade de Rio Maior e uma cidade de Moçambique, no sentido de fortalecer a relação entre Portugal e as ex-colónias. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse, também que o referido Ministro da Educação ficara muito agradado com o parque desportivo de Rio Maior e com a beleza das Salinas. -----

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse no que respeita ao Parque de Estacionamento de Pesados, e em resposta ao Vereador, Dr. Daniel Pinto, que existia um projecto elaborado no tempo do anterior Executivo, que ainda não fora possível contemplar através dos fundos comunitários. Em relação ao estacionamento subterrâneo e de superfície, o Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse, ainda, que o Executivo estava a ponderar, tendo em conta o exemplo de Municípios vizinhos, a possibilidade de concessão, sendo uma das contrapartidas a construção do Parque de Estacionamento de Pesados. -----

Concluiu a sua intervenção, informando, ainda, sobre o estudo que a empresa Deloitte, estava a efectuar para o conjunto dos doze Municípios que integram as Águas do Oeste e que, numa reunião realizada no dia anterior, fora transmitido que a tarifa média da água era 1,96€ m³, para o próximo ano seria 2,53€ m³, e para o ano seguinte 3,04€ m³. O Vereador, Dr. Carlos Frazão, disse que, na sua opinião, a população não tinha condições para suportar o aumento com os custos da água, referindo que o Município tinha de ponderar muito bem esta situação. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente interveio, tendo começado por se referir ao Parque de estacionamento de Pesados, dizendo que, durante a Feira da Frimor, fora abordada por alguns trabalhadores desta área de actividade, questionando-a sobre a situação, salientando as cargas valiosas que os mesmos transportam.

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Aludiu à questão da proibição de circulação de pesados na denominada zona urbana, uma vez que danificam o pavimento. A Presidente deu, ainda, o exemplo do Município de Caldas da Rainha, dizendo que nunca se equacionara a construção de um Parque de Estacionamento de Pesados, devido à implicação de outras situações, dando como exemplo a segurança. --

A Presidente referiu-se, ainda, à sinalização de proibição de estacionamento que fora colocada em algumas zonas da cidade, dizendo ser um objectivo do Executivo encontrar uma solução para a construção de um Parque de Estacionamento de Pesados que não seja muito onerosa para o Município. ----

Em relação à construção do Hotel nas Salinas, e em resposta ao Vereador, Dr. Daniel Pinto, a Presidente referiu-se ao envolvimento da Câmara, da empresa Desmor e dos Técnicos do Município, no sentido de serem prestados todos os esclarecimentos solicitados. Informando, também, que se realizara uma reunião no dia anterior no Centro de Estágios. Disse, ainda, que considerava tal investimento muito importante para o concelho de Rio Maior. -----

Concluiu a sua intervenção, e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré, no que respeita ao investimento privado nas Salinas, disse que as obras realizadas por particulares estavam licenciadas. No que concerne ao investimento público, a Presidente disse que consistira, apenas, na cobertura e recuperação da linha de água existente, obra essa que fora acordada com a Administração da Região Hidrográfica. Disse, também, que o valor da obra fora na ordem dos 16.111,00 €. Em relação à questão da passagem sobre a linha de água ter sido impedida, a Presidente disse que tal acontecera por questões de segurança enquanto decorriam as referidas obras de recuperação. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio novamente, tendo agradecido as explicações dadas às questões por si colocadas. -----

No que respeita à intervenção do Vereador, Dr. Carlos Frazão, quanto ao estacionamento subterrâneo, de ligeiros e de pesados, o Vereador, Dr. Carlos

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Nazaré, disse que o parque de estacionamento de pesados em Rio Maior era uma necessidade, não só ao nível da segurança, da defesa de bens e pessoas, mas, também, tendo em conta que os mesmos estacionavam em zonas de calçada que não tinha sido concebida para suportar tais cargas. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu, ainda, que a ideia de construção de um parque de estacionamento de pesados com condições logísticas, em que fosse possível por exemplo albergar camiões frigoríficos, podia tornar-se aliciante, tendo em conta que a cidade de Rio Maior possuía várias frotas de camionagem. Aludiu, também, que Rio Maior se encontrava num ponto estratégico e que, caso fossem criadas as referidas condições logísticas na infra-estrutura a ser construída, a mesma podia ser rentável, atendendo ao pagamento pela sua utilização, podendo, ainda, dar origem à fixação de novas pessoas em Rio Maior, potenciando, assim, situações novas de investimento na economia local.-----

Terminou a sua intervenção, mostrando a sua disponibilidade para que a ideia pudesse ser otimizada ao limite, dizendo haver condições para avançar. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

PARECER DO ROC – SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CMRM. -----

Foi presente à Câmara a informação sobre a Situação Económica e Financeira semestral do Município de Rio Maior, por parte do Revisor Oficial de Contas. --

A Presidente interveio, tendo lido as considerações finais da informação em apreço. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

PROJECTO DE INTERVENÇÃO PRECOCE DE RIO MAIOR – EQUIPA LOCAL DE INTERVENÇÃO PRECOCE NA INFÂNCIA DE RIO MAIOR – CAMPO DE FÉRIAS INCLUSIVO DE RIO MAIOR - AGRADECIMENTO. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Foi presente à Câmara um ofício do Projecto de Intervenção Precoce de Rio Maior – Equipa Local de Intervenção Precoce na Infância de Rio Maior, sobre o Campo de Férias Inclusivo de Rio Maior – Agradecimento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura do documento e dado os necessários esclarecimentos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM. -----

Foi presente à Câmara um documento da Assembleia Distrital de Santarém. ---

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura do documento e dado os necessários esclarecimentos, nomeadamente, sobre o Património da Assembleia Distrital de Santarém, dando como exemplo a Colónia Balnear da Nazaré. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, referindo-se à Colónia Balnear da Nazaré como uma obra que fora criada pelos Municípios e que a Administração Central não devia usufruir de um investimento para o qual não contribuirá. -----
Disse, ainda, não saber como é que se iria proceder à reforma Administrativa no País, no que respeita aos Distritos, às Comissões de Coordenação, Associação de Municípios e organização do Poder Local. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

CONVITE DO EURODEPUTADO CARLOS COELHO – DESLOCAÇÃO A BRUXELAS. -----

Foi presente à Câmara um documento do Eurodeputado Carlos Coelho sobre a deslocação a Bruxelas - Convite. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura do documento e dado os necessários esclarecimentos, nomeadamente, que o convite era para 25 pessoas, que iam os Presidentes de Junta, exceptuando

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

um, que por motivos pessoais não podia participar, os membros da mesa da Assembleia Municipal e os líderes das diversas bancadas, exceptuando os líderes da bancada do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, que à última da hora manifestaram indisponibilidade. Aludiu, também, que os gastos com voos, transferes e alojamentos eram da responsabilidade do Parlamento Europeu e que os gastos do Município eram, somente, o transporte de ida e volta para o aeroporto. Disse, ainda, que o convite incluía uma reunião no Parlamento Europeu para conhecimento do trabalho desenvolvido. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

BALANÇO DO INICIO DO ANO LECTIVO NO CONCELHO DE RIO MAIOR. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso interveio, reportando-se ao inicio do ano lectivo e ao encerramento, por parte da DRELVT, da escola EB1 de Arruda dos Pisões e da autorização excepcional de funcionamento para as EB1 de Azambujeira, Arroquelas, Marmeleira e Ribeira de S. João. Aludiu, ainda, à parceria existente entre o Município e a Junta de Freguesia de Arruda dos Pisões, relativamente ao transporte dos alunos para a EB1 de Malaqueijo. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, referiu-se, também, ao encerramento do Jardim de Infância de Fonte da Bica, devido à falta de inscrições, dizendo que as crianças estavam a ser transportadas para o Centro Escolar n.º 1 em conjunto com os alunos do 1.º ciclo. No que respeita às refeições escolares, a Vereadora, Dra. Sara Fragoso, disse que as mesmas se encontravam a decorrer com normalidade, que eram servidas pela empresa Nobrecer, e que, durante o ano 2011, o fornecimento fora alargado ao Jardim de Infância e EB1 de Azambujeira, conforme deliberação de Câmara de 09 de Setembro do corrente ano. Aludiu, ainda, à necessidade de estabelecer parcerias com as diversas Juntas de Freguesia ao nível dos recursos humanos e dos locais para fornecimento das refeições. -----

A Vereadora Dra. Sara Fragoso, também se referiu aos prolongamentos de horários, desenvolvidos conforme necessidades manifestadas pelos Encarregados de Educação, dizendo haver treze turmas a funcionar. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Ainda no decorrer da sua intervenção a Vereadora, Dra. Sara Fragoso, informou que os transportes escolares estavam a decorrer dentro da normalidade, estando a ser assegurados pela empresa Vale do Ave. Quanto aos recursos humanos, informou, também, que os mesmos estavam a ser rentabilizados ao máximo, tendo-se recorrido a candidaturas aprovadas pelo IEFP. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, referiu, também, que as actividades de enriquecimento curricular tinham sido adjudicadas à empresa Futurschool, que faltava, apenas, a colocação de dois professores de música para que o serviço estivesse a funcionar em pleno, mas que, em breve, a situação estava resolvida. -----

Na sua intervenção, a Vereadora, Dra. Sara Fragoso, deu, ainda, conhecimento do inicio do funcionamento da Creche de Malaqueijo, dizendo que estavam inscritas treze crianças, mas que apenas nove frequentavam a referida Creche, aguardando, as restantes, o preenchimento de todos os requisitos para ingressar na Instituição. A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, deu, ainda, os parabéns aos serviços do Município pelo empenho e dedicação no processo de abertura da referida Creche bem como à Associação Malaqueijo Solidário. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, interveio agradecendo os esclarecimentos da Vereadora Dra. Sara Fragoso, dizendo, também, subscrever as palavras da mesma relativamente ao agradecimento que dirigira aos funcionários do Município e à Associação Malaqueijo Solidário. Solicitou, ainda, à Câmara que acompanhasse, neste processo, a Associação Malaqueijo Solidário, tendo em conta as dificuldades financeiras da mesma. -----

A Vereadora, Dra. Sara Fragoso, interveio novamente, dizendo que o protocolo com a referida Instituição estava em fase de preparação pelos serviços do Município, referindo, ainda, que o mesmo ia ser objecto de discussão entre as duas partes. Concluiu, dizendo que a referida Associação ia ter poucos

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

encargos com o funcionamento da creche de Malaqueijo, já que estes seriam assumidos pelo Município até tal ser necessário. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

DESPACHO N.º 16/VICE-CF/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES (CIRCUITOS ESPECIAIS E CIRCUITOS URBANOS), NO ANO LECTIVO 2011/2012 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL. -----

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 16/VICE-CF/2011, datado de 09 de Setembro, relativo à Prestação de Serviços para Realização de Transportes Escolares (Circuitos Especiais e Circuitos Urbanos) no Ano Lectivo 2011/2012 – Aprovação do Relatório Final. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho n.º 16/VICE-CF/2011, exarado em 9 de Setembro pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou aprovar o Relatório Final, nos termos apresentados pelo Júri do Procedimento relativo ao concurso em apreço, em cumprimento do disposto no artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos e, consequentemente, adjudicar a referida prestação de serviços à empresa agência de Viagens e Transportes Vale do Ave, Lda., no montante de € 134.079,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

DESPACHO N.º 34/PRES/2011 – ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMOS DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS ATÉ AO MONTANTE DE 3.984.252,00€.

Foi presente à Câmara o Despacho n.º 34/PRES/2011, datado de 13 de

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Setembro, relativo à Alteração ao Contrato de Financiamento de Empréstimos de Investimentos Municipais até ao Montante de 3.984.252,00€. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o Despacho em apreço, concordando com a aprovação das cláusulas contratuais do contrato de financiamento apresentado pela Caixa Geral de Depósitos, referente ao empréstimo de curto prazo, até ao montante de 600.000,00 euros, destinado a ocorrer a dificuldades de tesouraria, aprovado pela Câmara na sua reunião de 08 de Junho do corrente ano. -----

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

REQUERIMENTO N.º 1647/2011 – PEDIDO DE EXECUÇÃO DE RAMAL DE ÁGUA – MARIA DA CONCEIÇÃO CARVALHO – S. SEBASTIÃO. -----

Foi presente à Câmara uma informação da Subunidade de Águas e Saneamento, datada de 12 de Setembro, relativo ao Requerimento N.º 1647/2011 – Pedido de Execução de Ramal de Água – Maria da Conceição Carvalho – S. Sebastião. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, dizendo concordar com a proposta apresentada pela Presidente. Manifestou, ainda, a sua indignação, tendo em conta que o que estava em causa era a autorização de um ramal de água para um antigo canil que servia de habitação a um ser humano. -----
Concluiu a sua intervenção dizendo esperar que a Câmara em colaboração com a Junta de Freguesia encontrasse uma solução para resolver a situação da munícipe em causa. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação em apreço,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

aprovar a execução de ramal, sem custos para a munícipe, bem como a celebração do contrato para fornecimento de água, sem a necessária documentação do prédio. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“A situação apresentada é uma situação constrangedora, como referira o Vereador, Dr. Carlos Nazaré. Estamos na era “atómica” e ainda há pessoas que infelizmente vivem nestas condições, não é caso único no nosso concelho, porque às vezes tem-se uma distorção da realidade do nosso concelho, ou seja, será como todos os outros, em que há pessoas que vivem bem e outras que vivem muito, muito mal e penso eu este “gesto simbólico”, onde a Câmara irá isentar do pagamento da construção do ramal, é um pequeno passo relativamente a muitas outras situações. Penso que nós teremos de ter a coragem no campo social de nos mobilizarmos em prol não só desta situação, mas de todas as outras.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores e a Presidente.-----

UNIDADE DE CONTENCIOSO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

AQUISIÇÃO DE PARCELA DE TERRENO – ALARGAMENTO DA AV. DR. MÁRIO SOARES.

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade de Contencioso e Contratação Pública, datada de 13 de Setembro, relativa à Aquisição de Parcela de Terreno – Alargamento da Av. Dr. Mário Soares. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio a pedido da Presidente tendo dado os necessários esclarecimentos acerca do assunto, nomeadamente que a situação em causa se arrastava desde a requalificação da Avenida Dr. Mário Soares e que, por lapso, nunca houvera autorização por parte da Câmara para cumprimento do acordo estabelecido. Aludiu que a resolução do assunto era da

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

mais elementar justiça, face aos anos decorridos. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a informação em apreço, aprovar a proposta apresentada à Nivelfor – Comércio de Automóveis, Lda., aceite por esta e pela locadora financeira, pelo valor de € 21.743,40, para aquisição de uma parcela de terreno com área de 501 m², a destacar do prédio urbano sito na Pá da Ribeira, Freguesia de Rio Maior, inscrito na respectiva matriz predial sob o artigo 9470 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o n.º 3188/19931217. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Congratulo-me, porque hoje fica resolvida esta situação, sendo difícil, porque a empresa não queria estes valores, mas que entretanto veio dizer que aceitava, mas no passado seriam outros. Os valores propostos foram objecto de avaliação e de pareceres jurídicos por uma série de entidades e efectivamente verificamos hoje, que a empresa aceita os valores que a Câmara propôs, porque de facto eram valores justos e fico contente, subscrevendo também as palavras do Sr. Vice-Presidente. É bom que hoje este dossier fique encerrado.” -----

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto.-----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

EMPREITADA DE CONCEPÇÃO, CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO COMPLEXO DAS PISCINAS DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 36/2009/DCC – APROVAÇÃO DE CONTA FINAL. -----

Foi presente à Câmara a informação n.º AS37/2011, datada de 14 de Julho, relativa à Empreitada de Concepção, Construção e Implementação de Medidas de Eficiência Energética no Complexo das Piscinas de Rio Maior – Processo Nº 36/2009/DCC – Aprovação de Conta Final. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a conta final da empreitada e autorizar a despesa no valor de 7.750,89€ (acrescido de IVA), referente à Revisão de Preços, nos termos do parecer da Unidade de Obras Públicas e Equipamentos (UOPE). -----

IMI 2011 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. -----

Foi presente à Câmara a informação nº 16/UFCAP, datada de 7 de Setembro de 2011, relativa à IMI 2011 – Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação e também de um mapa ilustrativo da receita referente ao imposto nos últimos anos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, tendo manifestado a sua tristeza pela falta de condições que o Município apresentava em poder reduzir as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, considerando, também, que o referido imposto era o único com valores constantes e que todos os outros, devido à situação económica e financeira, tinham tendência para baixar, e que também era difícil baixar os custos com as despesas correntes. Contudo ia votar a favor da proposta apresentada, apesar das dificuldades que a mesma apresentava para os bolsos dos munícipes. Aludiu, ainda, que a factura da crise incidia sempre sobre os mesmos, ou seja, os contribuintes, no caso concreto sobre os munícipes de Rio Maior. No que respeita à penalização da taxa sobre os prédios degradados, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, questionou se, no momento actual, havia condições para os prédios serem recuperados, considerando que as pessoas iam ser penalizadas de duas formas, pela falta de condições financeiras para o fazerem e pelo imposto referido sobre os prédios. Concluiu a sua intervenção dizendo que a penalização sobre o Património degradado não devia de ser aplicada à taxa máxima, mas sim intermédia. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A Presidente interveio novamente, dizendo que gostava de ter apresentado uma proposta com taxas mais reduzidas, mas tendo em conta a redução substancial de outros impostos, como a Derrama ou o IMT, na ordem dos 40%, não era possível. Aludiu, ainda, aos compromissos financeiros que o Município tinha que honrar. -----

A Presidente na sua intervenção fez, ainda, referência a um episódio, em que ouvira um governante afirmar que as Autarquias tinham de ter uma melhor gestão e começar a efectuar orçamentos com base zero, manifestando, assim, a sua indignação em relação a tal afirmação. Disse, também, que tais afirmações só podiam advir de pessoas que nunca tinham elaborado ou estado próximas de quem prepara um orçamento. -----

Concluiu a sua intervenção dizendo que não era possível apresentar propostas menos penalizadoras para os municípios, sem uma colaboração maior por parte da Administração Central. -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de aplicação das seguintes taxas de IMI em todo o concelho, para o ano de 2011: -----

- Prédios urbanos: 0,7%; -----

- Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4%; -----

- Majoração de 30% da taxa aplicável, aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

- Não propor qualquer alteração à taxa de IMI prevista no n.º 6,7,9 e 12 do artigo 112.º do CIMI. -----

Mais deliberou, remeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação e para efeitos do previsto no n.º 5 e 13 do referido normativo. -----

ADENDA AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE EMPRÉSTIMOS DE INVESTIMENTOS MUNICIPAIS ATÉ AO MONTANTE DE 3.984.252,00 €. -----

Foi presente à Câmara a informação nº 28/UFCAP/AL/2011, datada de 7 de Setembro de 2011, relativa à Adenda ao Contrato de Financiamento de Empréstimos de Investimentos Municipais até ao Montante de 3.984.252,00 €.

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação dos serviços, aprovar a adenda ao contrato de financiamento, designado em epígrafe, pela qual são alterados os valores parciais constantes no mapa de investimentos, mantendo-se inalterado o montante global da operação. -----

A Presidente interveio, propondo uma alteração à ordem de trabalhos constante na agenda da presente reunião de Câmara, avançando-se para os assuntos da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, propondo, também, de seguida uma interrupção da reunião de Câmara por dez minutos. -----

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PROCESSO N.º 3/2011 – PEDIDO DE REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA – ANTÓNIO JOSÉ DOMINGOS SANTOS. -----

Foi presente à Câmara o Processo n.º 3/2011, relativo ao Pedido de Redução de Garantia Bancária, em nome de António José Domingos dos Santos, acompanhado de parecer do Chefe de Divisão da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, reduzir o valor da garantia bancária em 90% do valor total (redução de 7 491,01€). -----

Mais deliberou, conforme disposto no n.º 5 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, que o remanescente de 10% será libertado com a recepção definitiva das obras de urbanização. -----

A Presidente da Câmara saiu neste momento da sala de reuniões de Câmara, ficando o Vice-Presidente a presidir. -----

PROCESSO N.º 4/2011 – PEDIDO DE REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA – F. ELIAS UNIPessoal, LDA. -----

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Foi presente à Câmara o Processo nº 4/2011, relativo ao Pedido de Redução de Garantia Bancária, em nome de F. Elias Unipessoal, Lda, acompanhado de Auto de Vistoria emitido pela comissão de Vistorias. -----

O Vice-Presidente fez a apresentação do assunto, tendo dado alguns esclarecimentos acerca do mesmo e feito a leitura da minuta de deliberação. --

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com o auto de vistoria, reduzir o valor da garantia bancária em 90% do valor total (redução de 21.145,40€). ---
Mais deliberou, conforme disposto no n.º 5 do artigo 54º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, que o remanescente de 10% será libertado com a recepção definitiva das obras de urbanização. -----

A Presidente da Câmara entrou neste momento na sala de reuniões de Câmara. -----

PROCESSO N.º 2189/2009 – COMUNICAÇÃO PRÉVIA PARA AMPLIAÇÃO DE INDÚSTRIA – PANPOR – PRODUTOS ALIMENTARES, S.A. -----

Foi presente à Câmara o Processo nº 2189/2009, relativo à Comunicação Prévia para Ampliação de Indústria, em nome de Panpor – Produtos Alimentares, S.A., acompanhado da informação da Técnica Superior e de parecer do Chefe de Divisão da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, admitir a comunicação prévia condicionada aos pareceres ARSLVT, ANPC e DRE-LVT. -----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

CANDIDATURA À CIDADE EUROPEIA DO VINHO 2012. -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do art.º. 83º. da Lei nº

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. -----

Foi presente à Câmara o ofício n.º 4363, datada de 22 de Agosto, relativa à Candidatura à Cidade Europeia do Vinho 2012. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo dado os necessários esclarecimentos e efectuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio a pedido da Presidente, tendo também dado alguns esclarecimentos e feito alguma considerações acerca do assunto em epígrafe. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, tendo referido que o assunto em epígrafe era de todo o interesse para o Município devendo os principais agentes e promotores ligados ao vinho em Rio Maior serem envolvidos na respectiva candidatura. Aludiu, ainda, que as fontes de financiamento eram cada vez mais difíceis e que, conseqüentemente, tinham de ser aproveitadas todas as oportunidades e estratégias que pudessem valorizar os eventos relacionados com o vinho. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, referiu-se, também, aos diversos produtores de vinho existentes no concelho de Rio Maior, realçando a marca “Porta de Teira” dizendo que era bom que a mesma pudesse inspirar outros produtores, para que pudessem ter, igualmente, a divulgação da marca referida, dignificando, assim, o concelho de Rio Maior. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, manifestar o seu interesse em participar na Candidatura “Cidade Europeia do Vinho 2012”, conforme indicado no supra referido ofício n.º 4363, de 22/08/2011 do Município de Cartaxo., acreditando na mais-valia que esta candidatura poderá proporcionar aos municípios que a integram nas várias vertentes, nomeadamente económica, social, cultural e etnográfica, e também pelo facto de não representar custos associados para além dos já suportados com Certames anuais que decorrem no concelho, tais

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

como “Tasquinhas” e “Frimor”, actividades que se entendem fazer a ponte com a presente candidatura. -----

A Presidente interrompeu neste momento a reunião de Câmara, por um período de dez minutos. -----

Foi, neste momento, retomada a reunião de Câmara. -----

A Presidente da Câmara saiu, neste momento, da sala de reuniões de Câmara, ficando o Vice-Presidente a presidir. -----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA - ZONA INDUSTRIAL: ALIENAÇÃO DOS LOTES N.º 393 E 394 PERTENCENTES À “CARTIBÉRICA INVEST, LDA. -----

Foi presente à Câmara a informação da Unidade de Contencioso e Contratação Pública, datada de 13 de Setembro de 2011, relativa ao Exercício do Direito de Preferência - Zona Industrial: Alienação dos Lotes N.º 393 e 394 Pertencentes à “Cartibérica Invest, Lda. -----

O Vice-Presidente fez a apresentação do assunto, tendo dado alguns esclarecimentos acerca do mesmo, fazendo a leitura da minuta de deliberação e, também, referência a um outro assunto da mesma natureza em que não fora exercido o direito de preferência pela Câmara Municipal, mas que fora paga a taxa devida por incumprimento. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, tendo referido que o Executivo estava perante um assunto delicado para decidir e votar, fazendo, também, referência ao Regulamento da Zona Industrial e à realização, ao longo do tempo, de altos negócios especulativos na compra de terrenos, dizendo que esses negócios tinham sido lesivos quer para o interesse público quer para os particulares. Aludiu que ao longo dos anos em que estivera na vida pública, as pressões sobre a Câmara para não ser exercido o direito de preferência tinham sido muitas, dizendo que o argumento utilizado era que existia uma outra empresa

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

pronta a investir e que eram criados mais postos de trabalho no concelho de Rio Maior. Ainda no que respeita ao Regulamento da Zona Industrial, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse que o mesmo era muito permissivo e que a tónica dominante durante muitos anos na Câmara Municipal de Rio Maior, era o não exercício do direito de preferência, no sentido de serem admitidos empresários na Zona Industrial. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, continuou a sua intervenção, referindo que a Câmara Municipal de Rio Maior estava, agora, na mesma situação, ou seja perante uma empresa que estava pronta a investir, no caso a “PANPOR, Produtos Alimentares, SA” e a Câmara tinha de decidir se ia exercer o direito de preferência sobre a venda dos respectivos lotes. Disse, contudo, que acreditava que aquela empresa estivesse de boa fé, tendo em conta o seu historial em Rio Maior, o trabalho que desenvolvera ao longo dos anos, a existência de um elevado número de postos de trabalho e a força e dedicação com que investiram em Rio Maior. -----

De seguida, manifestou a sua estupefacção, pois a Câmara vendera o terreno em causa por um preço simbólico, na altura por 0,60€ m² e que, agora, o mesmo ia ser transmitido por um valor quase quarenta vezes superior ao valor inicial, dizendo que o mesmo era efectuado à revelia municipal, porque houvera muitas empresas interessadas em adquirir terrenos na Zona Industrial e a Câmara não tinha disponibilidade para os ceder, porque os mesmos estavam comprometidos. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, disse, ainda, compreender a razão pelo qual o Executivo trouxera o assunto em causa à reunião de Câmara, tendo em conta a falta de investimento actual no concelho e todos os antecedentes que o processo tem causado ao longo dos anos, referindo, mais uma vez, que acreditava que a empresa Panpor efectuasse o investimento prometido e que o Município também devia acreditar, mas que do ponto de vista moral não podia votar favoravelmente o assunto em epígrafe. -----

O Vice-Presidente interveio novamente, referindo que compreendia

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

perfeitamente o ponto de vista do Vereador, Dr. Carlos Nazaré, que ao longo dos anos que estivera na Câmara também acompanhara processos desta natureza relativos a diversos lotes na Zona Industrial que por vezes “entupiam”. Aludiu, ainda, que o Advogado, Dr. João Afonso Calado da Maia e, mais tarde, o Dr. Jorge Góis, tinham abandonado este tipo de processos, porque algumas vezes existiam dois pesos e duas medidas, dando como exemplos alguns lotes situados junto à rotunda da Zona Industrial.-----

O Vice-Presidente na sua intervenção reconheceu ter cometido algumas “gaffes”, aquando pertencera a Executivos anteriores, em que o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, também, pertencera, ao acreditar em alguns projectos, dando como exemplos, o caso de uma empresa da zona da Benedita que manifestara a intenção de construir uma fábrica de máquinas de café e que, até hoje, o projecto não saíra do papel e, também, um empresário de Rio Maior que queria fazer uma indústria de caça grossa relacionada com África e que no terreno em causa acabaram por nascer eucaliptos. Disse, também, compreender a intenção de voto dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e que acreditava na empresa Panpor, que antes da mesma se instalar em Rio Maior o Executivo de então, não acreditava que a mesma investisse em Rio Maior e que felizmente a empresa cumpriu a sua promessa. -----

O Vice-Presidente também se referiu ao número de postos de trabalho, cerca de 240, que a empresa Panpor criara ao longo dos anos desde a sua instalação em Rio Maior. Disse, também, que a mesma dignificara o concelho, que parte da sua produção era exportada para a China, que era um mercado muito competitivo. Aludiu, ainda, que a partir do mês de Setembro e Outubro a empresa Panpor trabalhava com três turnos, atendendo ao aumento do volume de trabalho nessa época do ano e que a sua marca estava espalhada por todo o mundo. -----

O Vice-Presidente fez ainda referência à lealdade da empresa Panpor, que encetara conversações com o Município de Rio Maior, explicando que caso não houvesse condições para investir em Rio Maior, eram proprietários em Espanha e que existia a oferta de terrenos a custo zero na zona do Algarve. ---

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

Concluiu a sua intervenção tendo efectuado a leitura da carta apresentada pela empresa Panpor, datada de 12 de Setembro de 2011, à Câmara Municipal de Rio Maior, onde a mesma manifestara a intenção de adquirir os dois lotes de terreno à empresa Cartibérica e à promessa de investimento de 10 milhões de euros e à criação de aproximadamente 100 postos de trabalho, tendo em conta a expansão e desenvolvimento da empresa de Panificação e Pastelaria Ultracongelada. Disse, ainda, que a Câmara para exercer o seu direito de preferência tinha que suportar o custo dos terrenos no valor de 300.000,00€ e que o Regulamento da Zona Industrial obrigava a vendê-los por uma determinada importância, com possibilidade do processo se arrastar pelos tribunais nos próximos anos. O Vice-Presidente deu, ainda, alguns exemplos de casos que existiam em tribunal no final do ano de 1997, aquando da sua cessação das funções de Autarca e que, ainda hoje permanecem por resolver. Disse, também, que o Município tinha obtido alguns dividendos com os processos que se encontravam em tribunal, nomeadamente, com o corte e venda de eucaliptos existentes nos terrenos referidos, mas que os objectivos do Município eram outros. Concluiu a sua intervenção, formulando uma pergunta: *“Numa situação de crise internacional, até que ponto é que qualquer concelho não estará de mãos abertas para mais um investimento numa empresa, que cumpriu sempre aquilo com se comprometera com a Autarquia?”*

A Câmara deliberou por maioria, com os votos a favor dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos Pelo Futuro” e pelo voto de qualidade do Presidente em exercício e com os votos contra dos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, face à situação de incumprimento do Regulamento da Zona Industrial em que se encontra o actual proprietário, “CARTIBÉRICA, Invest, Lda.”, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Anexo III da já referida regulamentação, que deverá este proceder ao pagamento da taxa devida por incumprimento, no valor de 14.248,66 euros (catorze mil duzentos e quarenta e oito euros e sessenta e seis cêntimos). -----

Deliberou ainda, nos termos da informação e pareceres referidos em epígrafe, verificando-se o cumprimento do definido no parágrafo anterior, não exercer o direito de preferência sobre a venda dos lotes n.º 393 e 394 da Zona Industrial, atendendo à importância que a empresa “PANPOR, Produtos Alimentares, SA”,

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

interessada na sua aquisição, tem para o concelho de Rio Maior, bem como atendendo ao volume do investimento que pretende implantar e à possibilidade de criação de 100 postos de trabalho, tendo conseqüentemente autorizado a alteração ao uso a que se destinam os lotes para unidade de Produção de Panificação de Pastelaria Ultracongelada. -----

Mais deliberou reconhecer a hipoteca que a adquirente, “PANPOR, Produtos Alimentares, SA”, venha a constituir sobre estes lotes, em favor de entidade credora, pelo que se entender exercer o direito de preferência, nomeadamente em caso de venda em execução extrajudicial, a respectiva indemnização a que houver lugar, nos termos do Regulamento da Zona Industrial, será paga à entidade credora, dentro do limite da garantia constituída a seu favor. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei contra esta proposta, apesar de acreditarmos na empresa Panpor e na sua capacidade de cumprir e fazer este investimento, porque nos “choca” que este terreno seja vendido por cerca de quarenta vezes mais do que foi comprado e que também seja uma empresa que precisava de comprar este terreno ao preço da tabela da Zona Industrial, vá pagar este “balúrdio” em favor de interesses particulares e não colectivos. Em segundo lugar também nos “choca” que de facto a empresa não pague a penalização desde de Dezembro de 2008 até à presente data, porque efectivamente fora nessa data que houve uma autorização da Câmara para alienar e não exercer o direito de preferência a respeito de uma outra empresa e efectivamente não sabemos se isto foi uma manobra dilatória ou se foi um logro em que a Câmara caiu, obviamente respeitando o Regulamento da Zona Industrial que efectivamente não está em causa nesta situação.” -

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto.-----

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente esta proposta, porque todo o processo foi claro e transparente e porque mais uma vez este Executivo criou as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável e económico do concelho, nomeadamente, no que se

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

refere ao investimento de empresas particulares que levam à criação de emprego e melhores condições para as famílias do nosso concelho.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pela Vereadora, Dr. Sara Fragoso eleita pela coligação “Juntos pelo Futuro” e o Presidente em exercício. -----

O Presidente em exercício fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Tendo em conta o presente e o futuro, o passado também nos marca e não me posso esquecer que em 23 de Dezembro de 2008, este assunto foi presente à Câmara e volto a repetir, que cada um dos senhores Vereadores é livre de tomar a posição que entender, tendo eu decidido a minha, estando de consciência tranquila e na altura quando foi da transferência de propriedade dos mesmos lotes da empresa Cartibérica para Ricardo Soveral, fora aprovado por unanimidade, sendo o valor na ordem dos 250.000,00€ e que anteriormente os membros do Executivo que tinham maioria nesta Câmara, assim como a oposição votou favoravelmente. Entendo perfeitamente o sentido de voto anterior e também que agora a situação actual seja de voto contra, mas o que eu não entendo, como é possível partidos políticos, neste caso o Partido Socialista ter tomado uma posição de voto em Dezembro de 2008 na passagem dos mesmos lotes 393 e 394 da Cartibérica para Ricardo Soveral e que hoje tomara esta posição. Independentemente do negócio que possa haver por trás disto é uma situação que compete à Direcção Geral de Finanças actuar, porque se os valores são públicos, ou seja, existe um valor de aquisição e um valor de venda e para isso é que a lei prevê a existência de mais-valias para “penalizar” aqueles que ganham dinheiro. Não estou a criticar ninguém, só quero é reforçar que votei favoravelmente, tendo que ter utilizado voto de qualidade, porque acima dos interesses político partidários estão os interesses do concelho e acima desses interesses, numa fase crítica da economia nacional, há que ajudar as empresas que querem investir em Rio Maior. -----

É evidente que há uma coisa que os mais de vinte anos que tenho de política, sempre ouvi dizer que mudam-se os tempos, mudam-se as vontades e neste caso os tempos mudaram e infelizmente não se tem mudado as vontades.” -----

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pela coligação “Juntos pelo Futuro”.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio, tendo referido que dos elementos do Partido Socialista presentes na reunião de Câmara, apenas ele fizera parte do anterior Executivo, dizendo não ter participado na tomada de decisão de voto

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 16 DE SETEMBRO DE 2011

na reunião de Dezembro de 2008, porque não estivera presente na mesma, conforme consta da respectiva acta e que as decisões que tomou, durante todo o tempo que estivera no Executivo, nunca foram tomadas em nome do Partido Socialista, mas em nome da sua consciência, que nunca fora o aparelho partidário que o condicionara de alguma forma. -----

A Presidente da Câmara entrou neste momento na sala de reuniões de Câmara. -----

A Presidente interveio, informando que no dia 22 de Setembro do corrente ano era o dia europeu sem carros – semana europeia da mobilidade. -----

O Vice-Presidente interveio a pedido da Presidente tendo complementado a informação prestada, nomeadamente, que de 16 a 22 de Setembro, era o dia europeu sem carros – semana europeia da mobilidade e que o Município entendera que não tinha condições para fechar um troço ao trânsito. Informou, ainda, da realização de uma reunião informal com o Prof. Monteiro Figueira, responsável pelo estudo sobre a mobilidade, e que o mesmo se disponibilizara a efectuar uma conferência sobre esse assunto. -----

Na sua intervenção o Vice-Presidente informou, também, que no próximo dia 22 do corrente mês, realizar-se-ia no Auditório Municipal pelas 18:15 horas, uma conferência sobre o tema “Qualidade de Vida em Meio Urbano”, tendo explicado como ia decorrer a mesma e quem eram os oradores. Aludiu que durante a conferência iam ser dadas informações aos riomaiorenses de como estavam a decorrer as obras do Mercado Diário, da Loja do Cidadão, da Via-sacra, entre outras obras. Seguidamente, informou que o Arq. Pedro Mendonça ia apresentar o plano de pormenor para a zona ribeirinha. -----

O Vice-Presidente disse, também, que o Prof. Monteiro Figueira ia falar sobre as medidas de economia de tráfego em meio urbano e que uma colaboradora do Prof. Monteiro Figueira, a Eng.^a Cláudia Albuquerque, ia falar sobre uma cidade da Bélgica, fazendo a respectiva comparação com a cidade de Rio Maior, tendo em conta as suas semelhanças, dizendo, também, que a mesma já tinha ganho vários prémios a nível mundial. -----

Concluiu a sua intervenção, dizendo que a referida conferência era muito importante para a população riomaiorense. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram doze horas e doze minutos a Presidente, Dra. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____